

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

PERCEPÇÕES SOBRE DEMOCRACIA, DESIGUALDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME E À POBREZA NO BRASIL

Carolina Raquel Duarte de Mello Justo, Fabíola Brigante Del Porto

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9974>

Submetido em: 2024-09-13

Postado em: 2024-09-16 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

PERCEPÇÕES SOBRE DEMOCRACIA, DESIGUALDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME E À POBREZA NO BRASIL

VERSÃO PRELIMINAR

CAROLINA RAQUEL DUARTE DE MELLO JUSTO,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5249-0721>
<carolinaraquel@yahoo.com.br>
<carolinajusto@ufscar.br>
UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

FABÍOLA BRIGANTE DEL PORTO,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0672-1859>
<delporto@unicamp.br>
UNICAMP, Campinas, SP, Brasil.

RESUMO:

O que as políticas sociais, de combate à fome, à pobreza e às desigualdades dizem sobre a democracia brasileira? E qual o apoio que recebem dos brasileiros? Temos no Brasil as bases de legitimidade para a implementação de políticas mais igualitárias e redistributivas, nos moldes socialdemocratas de Welfare-State? Interessa conhecer as percepções de diferentes grupos sociais sobre as desigualdades e meios de combatê-las, já que as políticas públicas são importante ponto de contato entre Estado, governo e cidadãos, através das quais informam e se informam sobre demandas, preferências e interesses políticos. Uma vez que as opiniões expressas afetam e são afetadas pelas ações do Estado, interferem na dimensão social e substantiva da igualdade da democracia. No Brasil, percepções sobre pobreza, desigualdades, assistência social, transferência de renda, o Programa Bolsa Família, suas origens e suas justificativas variam. Conhecê-las ajuda a entender para aperfeiçoar a democracia brasileira. Para isso, o trabalho faz revisão bibliográfica da relação entre democracia, direitos de cidadania e políticas públicas, a partir da percepção dos cidadãos, divididos em estratos sociodemográficos, sobre pobreza, fome, desigualdades e ações do Estado e critérios de justiça para combatê-las. São usados estudos comparativos, qualitativos e quantitativos, incluindo grupos como elites, burocratas do nível da rua e altos escalões, beneficiários de políticas, etc. Por fim, é realizada análise exploratória e longitudinal dos dados dos *surveys* Latinobarômetro e LAPOP, entre os anos de 2018 e 2023, que confirmam a diversidade e ambiguidade de percepções apontada pela literatura.

Palavras-chave: percepção pública, políticas públicas, democracia no Brasil, fome, pobreza e desigualdades sociais.

PERCEPTIONS ABOUT DEMOCRACY, INEQUALITIES AND PUBLIC POLICIES TO COMBAT HUNGER AND POVERTY IN BRAZIL

ABSTRACT:

What do social policies, combating hunger, poverty and inequality policies say about Brazilian democracy? And what kind of support do they receive from Brazilians? Do we have in Brazil the legitimacy bases for more egalitarian and redistributive policies implementation, following the social democratic lines of Welfare-State? It matters to know the perceptions of different social groups about inequalities and ways to combat them, since public policies are an important point of contact between the State and citizens, through which both inform each other about demands, preferences and political interests. Since the expressed opinions affect and are affected by the State actions, they interfere with the social and substantive dimension of equality in democracy. In Brazil, views and perceptions about poverty, justice, social inequalities, social assistance, conditional cash transfer policies, the Bolsa Família Program and about their origins and justifications vary among social groups. Knowing them may help to understand how to improve Brazilian democracy. The work carries out a bibliographical review about the relationship between democracy, citizenship rights and public policies, based on citizens' perceptions on poverty, hunger, inequalities and State actions and justice criteria to combat them. Comparative, qualitative and quantitative studies are used, including groups such as elites, street-level and high-ranking bureaucrats, policy beneficiaries and sociodemographic strata. Finally, an exploratory and longitudinal analysis on the 2018-2023 Latinobarometer and LAPOP surveys' data is carried out, which confirm the diversity and ambiguity of perceptions highlighted in the literature.

Keywords: public opinion and perception, public policies, democracy in Brazil, hunger, poverty and social inequalities.

INTRODUÇÃO

A igualdade é um dos pilares da democracia. Desde que se fundou a democracia liberal representativa, a partir do século XVIII, a igualdade de *status* da cidadania passou a ser seu principal marco, ao estabelecer que todas as pessoas nascidas e/ou residentes em um Estado-nação são iguais. Porém, a igualdade de cidadania deve ser relativizada em diferentes contextos históricos, quando se atenta para seus componentes: civil, político e social (Marshall, 1967). Assim como a democracia, a cidadania não é um ponto final a ser alcançado, mas um horizonte em construção. A cidadania, para além do *status* igualitário, amplia-se pelo acesso a direitos e criação de novos direitos, mas também pela incorporação de novos contingentes populacionais. É assim que o voto censitário, definido por critérios de renda, vai gradualmente sendo substituído pelo chamado sufrágio universal, em diferentes locais e períodos históricos, conforme grupos populacionais como mulheres, negros, analfabetos, imigrantes vão conquistando direito ao voto e, com isso, o direito igualitário de participação numa comunidade política. Trata-se do aprofundamento da igualdade formal da democracia e da cidadania.

Diferente é o caso quando se trata da cidadania social. O *status* ou formalidade igualitários da cidadania em suas dimensões civil e política são insuficientes para diminuir as desigualdades sociais, cuja permanência e mesmo ampliação comprometem uma noção ampliada de democracia, que ultrapasse a liberal-representativa, na medida em que esta possa conviver com a fome, a pobreza e desigualdades de renda e classe (além de muitas outras), e isso mesmo quando direitos sociais são, como no Brasil, assegurados formal e igualitariamente como direitos constitucionais de cidadania.

Este é o primeiro problema - teórico e concreto - que justifica, move e orienta o presente estudo. A expansão da cidadania social foi o que fundou a socialdemocracia e os Estados de Bem-Estar Social europeus ao longo do século XX. Conforme partidos socialistas foram gradualmente aderindo à competição eleitoral efetiva (levando marxistas a criticá-los como “reformistas”, por terem abdicado dos ideais revolucionários e sucumbido à democracia liberal-burguesa), conquistando cargos no Executivo e no Legislativo, passaram a criar e implementar políticas sociais que expandiram a cidadania social, diminuíram a fome, a pobreza e as desigualdades de renda, ainda que sem romper com a estrutura de classes (Przeworski, 1995; Esping-Andersen, 1991). O avanço dos ideais e práticas neoliberais, a partir do final dos anos 1970, refreou, porém, este processo.

No Brasil, diferentemente, não foram governos democráticos ou de esquerda que criaram e ampliaram a cidadania social no século XX. Contestando a trajetória de evolução da cidadania britânica, analisada por Marshall, em que a conquista de direitos civis e políticos parecia condição necessária para o avanço da cidadania social, a trajetória brasileira mostrou, segundo Carvalho (2008), a cidadania social ser ampliada no Brasil em períodos de exceção: durante o Estado Novo varguista, nos anos 1930, e durante a ditadura militar, entre 1964 e 1988.

Com o retorno da democracia nos anos 1980, até meados da década de 2000, observou-se o que Evelina Dagnino (2004) chamou de confluência perversa: de um lado, o retorno do regime democrático, democratização de relações sociais, aumento da participação política nas esferas pública e informais e conformação do que ela chamou de “nova cidadania”, como exercício da luta política por direitos, que culminou na promulgação da chamada “Constituição Cidadã”, em 1988, justamente por ter criado uma série de direitos sociais de cidadania; de outro, o avanço do neoliberalismo e de suas propostas de Estado Mínimo, ajuste fiscal e primazia da política monetária sobre a social, arrefecendo a efetivação dos direitos sociais. Como resultado, a nova república brasileira, que celebrava a democracia, conviveu durante anos com a incômoda posição de disputar os primeiros lugares dentre os países com as piores distribuições de renda do mundo

Diante deste dado, pode-se dizer que o Brasil é um país democrático? Se sim sob a ótica que privilegia a noção formal, institucional e política da democracia – a liberal representativa – o mesmo não se pode dizer sob a ótica que privilegia a noção social da democracia e da cidadania, para a qual é mister, senão a igualdade social, baixos índices de desigualdade, seja no que diz respeito à distribuição da renda do trabalho, seja através da redistribuição de renda via intervenção do Estado com políticas sociais. Na verdade, numa concepção ampla de democracia, ambas as dimensões deveriam caminhar juntas e se fortalecerem reciprocamente. Mas nem sempre, ou em pequena parte das vezes, é isso o que acontece. E este, que é o problema de pesquisa aqui tratado, mostra-se, pois, agravado no cenário brasileiro, ainda que, a partir dos anos 2000, durante os governos petistas, quando a democracia formal parecia consolidada, tenha ocorrido leve diminuição da desigualdade econômica, derivada de políticas de emprego, valorização do salário mínimo e de transferência de renda (Soares, 2010).

O cenário se modificou novamente no Brasil a partir das manifestações de 2013. Iniciadas em contestação ao aumento da tarifa de transporte público no município de São Paulo, espalharam-se pelo país, incluindo demandas por políticas sociais e também questionando o governo federal.

Em 2016, a crise política se aprofundou e um golpe levou à destituição da então presidenta, legitimamente eleita, Dilma Rousseff, que foi substituída pelo vice, o qual preencheu os ministérios com membros de partidos até então opositores ao governo e adotou medidas que não correspondiam ao programa que havia saído vitorioso das urnas. A democracia representativa começou a se deteriorar no Brasil, tendo o ex-presidente Lula sido preso pela chamada Operação Lava-Jato e impedido de competir nas eleições presidenciais de 2018, da qual saiu vitorioso Jair Bolsonaro, de valores democráticos bastante questionáveis. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da democracia social, as desigualdades voltaram a crescer. E as políticas tidas como responsáveis pela redução anterior (de emprego, salário e transferência de renda) perderam fôlego (Soares, 2010).

A análise política identifica, assim, períodos diferentes, na história política recente do Brasil, pós ditadura, no que concerne às relações entre democracia política e democracia social, que nem sempre caminharam juntas, seja avançando, seja recuando, do ponto de vista da organização e das ações do Estado. Porém, e este é o segundo problema de pesquisa tratado no estudo, interessa saber a opinião, ou as percepções da população brasileira, e de subgrupos dela sobre este tema, isto é, como concebem a democracia, em suas diferentes dimensões. Fazem associação entre elas? Defendem igualmente direitos civis, políticos e sociais, ou há preferência de alguns sobre outros? Em que grupos há primazia de uns sobre outros? Do ponto de vista da satisfação e entendimento da população quanto à democracia, temos tido redução dos índices, conforme dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), desde 2014. Será que tais reduções são acompanhadas de aumento da insatisfação com as desigualdades, e ou com as políticas destinadas a combatê-las? Temos no Brasil as bases de legitimidade para a implementação de políticas mais igualitárias e redistributivas, nos moldes social-democratas de Welfare-State? E qual o apoio que recebem dos brasileiros? Como se distribuem e se associam (ou não) as opiniões sobre estas questões entre diferentes grupos sociais?

Interessa conhecer as percepções sobre as desigualdades e meios de combatê-las, já que as políticas públicas são importante ponto de contato entre Estado, governo e cidadãos, através das quais informam e se informam sobre demandas, preferências e interesses políticos. Uma vez que as opiniões expressas afetam e são afetadas pelas ações do Estado, numa via de mão dupla, interferem na dimensão social e substantiva da igualdade da democracia. E embora o voto seja o principal mecanismo de representação de interesses e de legitimação das ações do Estado para com as preferências da maioria da população, o fato é que os cidadãos não escolhem políticas, mas, sim, políticos, e as decisões que estes tomam, as medidas e ações que adotam, em termos de políticas

públicas, atendem não a preferências que pudessem ser, supostamente, homogêneas, de uma maioria, mas a primeira preferência ou, no máximo, conjuntos de interesses de minorias maiores, como bem adverte Dahl (1956), em sua argumentação em defesa da perspectiva pluralista. Daí porque o especial interesse deste estudo nas percepções populacionais em termos de suas prioridades em políticas públicas, que não podem ser depreendidas dos resultados eleitorais. Como acrescenta Howlett (2000), a opinião pública, genérica ou majoritária, não pode ser considerada a variável independente que define a produção de políticas públicas (seja devido à justificativa de Dahl, acima, seja devido aos diversos fatores político-institucionais que afetam as decisões sobre sua formulação e implementação); também as ações governamentais, direta e propositalmente, ou não, influem sobre a opinião pública, num processo que se retroalimenta dialeticamente. Sendo assim, justifica-se o interesse de pesquisa sobre as percepções de políticas sociais, notadamente aquelas destinadas a combater a fome, a pobreza e as desigualdades, na medida em que tenham sido afetadas, distintamente para diferentes grupos sociais, conforme vieram se ampliando e retraindo na história brasileira recente.

A partir destes pressupostos, argumentos e justificativas, busca-se, nas sessões que seguem, tratar dos problemas e questões também propostos acima. Para isso, o trabalho faz revisão bibliográfica da relação entre democracia, direitos de cidadania e políticas públicas, a partir da percepção dos cidadãos sobre pobreza, fome, desigualdades, critérios de justiça para combatê-las e medidas e ações do Estado, tais como assistência social, transferência de renda e o Programa Bolsa Família. São usados estudos comparativos, qualitativos (entrevistas, grupos focais e observação participante) e quantitativos, incluindo grupos como elites, burocratas do nível da rua e altos escalões, beneficiários de políticas, etc. Por fim, é realizada análise exploratória dos dados dos *surveys* Latinobarômetro e LAPOP (Latin American Public Opinion Project), em que as opiniões da população brasileira, dividida em estratos sociodemográficos, confirmam a diversidade e ambiguidade de percepções apontada pela literatura.

Em termos teóricos, o estudo baseia-se na teoria da cultura política (Almond; Verba, 1963; 1980) e na sociologia política da ação pública, ou enfoque cognitivo de análise de políticas públicas (Jobert; Muller, 1987; Muller, 1990; Porto de Oliveira; Hassenteufel, 2021), que supõem uma relação íntima entre ações do Estado e cidadãos em seus recíprocos comportamentos políticos, que fundam os valores e princípios democráticos (Dagnino, 2000; Avritzer, 2016) Assim, o trabalho reforça a ideia de que valores, princípios, crenças e visões de mundo são a base da formação de preferências e

interesses e, portanto, definidores do comportamento político, que não se restringe à esfera político-formal e institucional da democracia. Diferentes grupos sociais conformam subculturas políticas que expressam variadas concepções sobre a pobreza, as desigualdades, suas origens e modos de combatê-las, as quais podem ser conhecidas através de pesquisas de opinião pública. Sendo assim, a proposta analítica do trabalho, baseada em *surveys*, contribui para a discussão sobre como as opiniões expressas sobre tais temas afetam e são afetadas pelas ações do Estado, interferindo na dimensão social e substantiva da igualdade na democracia brasileira.

Os resultados, tanto de estudos qualitativos como quantitativos, apontam ambiguidade de percepções. Elites concordam com o combate à pobreza, desde que a redistribuição não afete seus privilégios (Reis, 2000; 2008; 2018). O brasileiro médio (principalmente idosos, mas menos os mais escolarizados) defende medidas redistributivas focalizadas, seletivas, residuais, condicionadas, sujeitas ao controle do Estado e ao bom comportamento dos pobres. Quase dois terços da população defende a manutenção do Bolsa Família, um ganho de legitimidade (Cobo, Waltemberg, Veiga, Méndez, Lavinás, 2014). Há estudos que demonstram padrões discriminatórios entre cadastradores (Marins, 2014; Eiró, 2017), mas também coalizões de defesa da renda básica entre intelectuais e assistentes sociais (Tomazini, 2013). Entre as beneficiárias há aquelas que valorizam a autonomia, efeitos além da renda (Justo, 2007), e as que não o apreendem como direito de cidadania, senão como ajuda que lhes imputa o estigma de não merecedoras (Natalino, 2020; 2021).

Os dados do LAPOP de 2023 indicaram apoio majoritário da população às políticas redistributivas, porém também a adesão da maioria a valores meritocráticos que comprometem as justificativas de justiça e solidariedade. A maioria dos brasileiros prefere, principalmente, direitos civis a direitos políticos, e estes, por sua vez, aos sociais. Quando os entrevistados foram contrapostos a duas situações idealizadas e polêmicas, de forma dicotômica, em experimento em que duas partes da amostra foram submetidas a questões similares, mas um pouco diferentes sobre o mesmo tema, uma maioria tendeu a priorizar os direitos civis (liberdade de expressão) à igualdade social (considerando o acesso a uma renda básica e serviços sociais); outra maioria tendeu a priorizar a igualdade social à garantia de direitos políticos, o que não se verificou entre aqueles com mais alta renda e escolaridade. Os dados, porém, foram pouco significativos. Mais pesquisas de opinião por amostragem, que aprofundem a complexidade e especificidades do tema, são necessárias para responder aos problemas e questões aqui propostos.

1. PERCEPÇÕES SOBRE POBREZA, DESIGUALDADES E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL – DOS ESTUDOS QUALITATIVOS AOS QUANTITATIVOS

A teoria da cultura política e os estudos sobre democracia prosperaram muito com o avanço das técnicas estatísticas e as pesquisas de opinião pública (Rennó, 1998), amplamente utilizadas para medir a qualidade e a satisfação com a democracia, bem como para entender as escolhas dos distintos grupos de eleitores. O mesmo não se pode dizer da área de políticas públicas; centrada em estudos sobre formulação e implementação (Batista; Domingos; Vieira, 2020), pouco recorre a este instrumental em suas análises. Além disso, embora pareçam evidentes e estejam no cerne dos primeiros estudos sobre democracia, as relações entre ela e as políticas públicas têm sido pouco exploradas (Justo; Nishimura, 2022). É como se, a exemplo do que já mencionaram Almond (1988) e Morlino (2010) quanto a outras subáreas da Ciência Política, estivessem em “mesas” separadas, com pouco diálogo entre si. Superar esta lacuna é algo que já foi defendido em outra ocasião (Justo; Nishimura, 2022).

As pesquisas de opinião pública tangenciam as percepções sobre políticas públicas ao questionar os cidadãos acerca de seu entendimento sobre democracia, o que inclui o acesso a direitos, aí inclusos os sociais, e à dimensão igualitária da democracia, em que aparecem questões sobre desigualdades e distribuição de renda. As pesquisas de opinião pública tangenciam as percepções sobre políticas públicas ao fazer perguntas sobre níveis de satisfação com serviços públicos específicos ou ainda ao questionar os cidadãos acerca de seu entendimento sobre a democracia e sobre as dimensões que são essenciais a ela. Isso inclui o acesso a direitos, entre os quais os sociais, e à dimensão igualitária da democracia, em que aparecem questões sobre desigualdades e distribuição de renda e sobre o papel do Estado e de governos na implementação de medidas para lidar com essas questões.

Por outro lado, mais recentemente, dada a projeção obtida pelos programas de transferência de renda em nível mundial, algumas pesquisas passaram a questionar, do ponto de vista das relações entre democracia, desigualdades e políticas de redistribuição de renda, se tais programas teriam influência sobre a definição do voto, numa preocupação mais restrita com a democracia procedimental. Uma série de estudos, por exemplo, buscou associações entre o Programa Bolsa Família e o voto em Lula nas eleições presidenciais (Hunter; Power, 2007; Lício; Rennó; Castro, 2009; Kerbauy, 2011; Bohn, 2011; Zucco Jr, 2013; Zucco; Power, 2013).

No que diz respeito aos estudos sobre políticas públicas, com a chamada virada ideacional, tem crescido a preocupação com as percepções de distintos atores sociais, dentre eles os agentes implementadores (Pires, 2017), especialmente daqueles que têm sido chamados de burocratas do nível da rua (Lipsky, 2010). A maioria destes estudos são, entretanto, qualitativos.

Ao longo de 20 anos, o Programa Bolsa Família (PBF), principal política de transferência de renda brasileira, criado em 2004, cresceu e foi modificado por diversos instrumentos jurídicos, paulatinamente conquistando legitimidade perante a sociedade. Chegou a beneficiar quase 13 milhões de famílias, correspondendo a 25% da população brasileira, em 2014, e quase 68 milhões de brasileiros quando foi sobreposto pelo Auxílio Emergencial durante a pandemia de Covid-19, em 2020.

Durante longo tempo o PBF sofreu ataques da grande imprensa. Como sinalizam Leite, Fonseca e Holanda (2019), ao analisarem matérias de alguns dos principais jornais do país, entre 2003 e 2017, as narrativas nelas construídas sobre o programa remetem a categorias negativas para desqualificá-lo, tais como as de assistencialismo, populismo, insuficiência e marketing político-eleitoral.

No entanto, as imagens e percepções públicas sobre a transferência de renda e sobre o PBF, em específico, variam na população brasileira. Reis (2000) já havia demonstrado, através de pesquisas de opinião pública, que embora as elites brasileiras concordem com a necessidade de combate à pobreza por parte do Estado, tendem a ser contrárias à redistribuição de renda, que possa afetar seus privilégios. Estudo pioneiro de Lavinas, Cobo, Waltenberg, Veiga e Méndez (2014), por sua vez, baseado em *survey* de 2012, corrobora a mesma conclusão, acrescentando, porém, que as populações do Norte e Nordeste do país, e com renda familiar inferior à média, tendem a apoiar medidas de caráter redistributivo em proporções muito maiores que aquelas de estratos de renda mais alta. E quanto ao Bolsa Família, quase dois terços da população defende sua manutenção, indicando seu ganho de institucionalidade e legitimidade.

Chama a atenção no mesmo estudo, porém, a resistência da população brasileira frente a direitos sociais de cidadania naquilo que lhes é fundamental: sua universalidade e incondicionalidade. É generalizada a aprovação da focalização das políticas de transferência de renda, assim como das condicionalidades por elas previstas. De forma coerente, destaca-se a adesão da população a valores meritocráticos. Apenas aqueles identificados como negros e pardos são contrários à cobrança de contrapartidas para o recebimento do benefício do Bolsa Família, ou seja, o grupo daqueles que mais

sofrem com as desigualdades e discriminações. O público-alvo do PBF é visto predominantemente como oportunista, o que também foi observado em outros estudos (Marins, 2014; Natalino, 2020; 2021), e por isso o “brasileiro médio” defende que as medidas redistributivas sejam focalizadas, seletivas, residuais, condicionadas, restritas, sujeitas ao controle do Estado e ao “bom comportamento” dos pobres, visão mais evidente entre os idosos, mas menos compartilhada por aqueles de mais alta escolaridade. Por fim, concluem os autores, os dados indicam baixo nível de coesão social e de solidariedade.

O brasileiro não apoiaria substituir a transferência de renda condicionada por uma renda de igual valor, a ser paga uniforme igualmente a todos os cidadãos, embora o Brasil seja o único país do mundo a ter uma lei em vigor para garantia de uma renda de cidadania. Mais um paradoxo! (Lavinias, Cobo, Waltenberg, Veiga e Méndez, 2014, p. 134-135).

Estudo mais recente de Natalino (2020) indica que o PBF não é apreendido como um direito de cidadania, senão como uma ajuda, que imputa aos beneficiários o estigma de não merecedores.

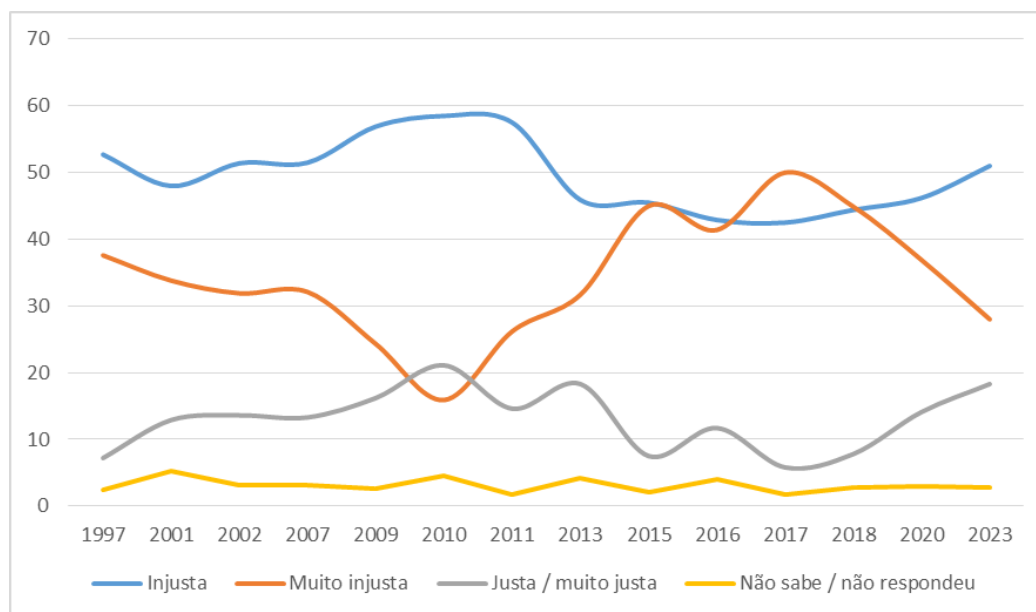
Em síntese e em outras palavras, entre a renda mínima e a renda básica, que distinguem dois modelos de políticas de transferência de renda, que estiveram em disputa desde as origens deste tipo de programa no Brasil, a população parece ser mais adepta daquele condizente com um projeto político conservador ou neoliberal do que com aquele pertinente a um projeto democrático e progressista (JUSTO, 2007).

Estudos qualitativos demonstram ambiguidade de percepções sobre o tema. Há aqueles que demonstram a continuidade de padrões discriminatórios entre os burocratas de linha de frente, cadastradores do Bolsa Família (Marins, 2014), mas também fortes coalizões de defesa da renda básica entre intelectuais e profissionais da assistência social (Justo, 2007; Tomazini, 2010). Do ponto de vista das beneficiárias do programa Bolsa Família também ressaltam percepções variadas, desde aquelas que valorizam a autonomia advinda do dinheiro (Rêgo e Pinzani, 2013) ao seu caráter emancipatório (Justo, 2007), e que atentam para os efeitos não previstos (Marins, 2019) e para além da renda deste tipo de política.

2. POBREZA, DESIGUALDADES E POLÍTICAS PARA COMBATÊ-LAS NA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA – ANÁLISE DOS *SURVEYS* LATINOBARÔMETRO E LAPOP

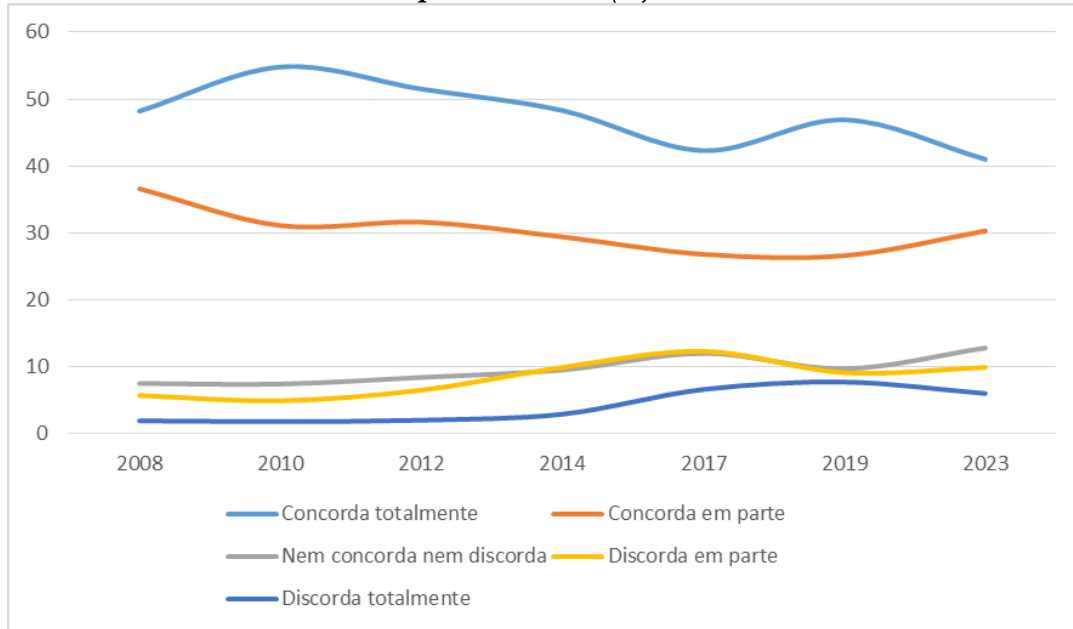
Ao longo do tempo, os dados de pesquisas mostram a percepção dos brasileiros de que a distribuição de renda no país é injusta. Os dados do LAPOP de 2021 indicaram o apoio majoritário da população ao papel e atuação do Estado para a redução das desigualdades de renda (Gráficos 1 e 2). Apesar do apoio às políticas redistributivas, as pesquisas também mostram oscilações e uma tendência ligeiramente declinante nele – quadro já observado por Natalino (2021). Os estudos também apontam, concomitantemente, porém, que a maioria da população adere a valores meritocráticos que comprometem as justificativas de justiça e solidariedade.

Gráfico 1 - Percepções sobre a distribuição de renda no país - Brasil (%)



Fonte: Latinobarômetro (1997 a 2023).

Gráfico 2 - O Estado deve tomar medidas para reduzir a desigualdade de renda no país? - Brasil (%)



Fonte: LAPOP (2008 a 2023).

Em 2023, ainda de acordo com o LAPOP, a maioria dos brasileiros prefere, principalmente, direitos civis a direitos políticos, e estes, por sua vez, aos sociais. Quando os entrevistados foram contrapostos a duas situações idealizadas e polêmicas, de forma dicotômica, em experimento em que duas partes da amostra foram submetidas a questões similares, mas um pouco diferentes, sobre o mesmo tema, a maioria tendeu a priorizar os direitos civis (liberdade de expressão) à igualdade social (considerando o acesso a uma renda básica e serviços sociais); ao mesmo tempo, a outra maioria também tendeu a priorizar a igualdade social à garantia de direitos políticos, exemplificados pelo direito de voto (Tabelas 1 e 2). Quando as opiniões foram cruzadas por características socioeconômicas (faixas de renda e de escolaridade) dos respondentes, embora os graus de associação entre as variáveis sejam baixos, algumas diferenças nas opiniões por grupos aparecem (Tabelas 3 a 6). Quando a dualidade é entre a garantia de renda básica e acesso a serviços, de um lado, ou a possibilidade de escolher o governo pelo voto, de outro, aqueles de maior renda e aqueles que pelo menos atingiram o nível superior de escolaridade mostram-se divididos (Tabelas 3 e 4). Quando são pedidos para contrapor liberdade de expressão e garantia de renda e serviços, são os de menor renda e escolaridade que estão divididos em suas opiniões. Mais pesquisas de opinião por amostragem, que aprofundem a complexidade e especificidades do tema, são necessárias para responder aos problemas e questões aqui propostos.

Tabela 1 - Qual sistema político lhe parece melhor para o Brasil? Eleições livres ou renda básica (%)

Um sistema que garante acesso a uma renda básica e serviços para todos os cidadãos, mesmo que não se possa eleger as autoridades	62,9
Poder votar para eleger as autoridades, mesmo que algumas pessoas não tenham acesso a uma renda básica e serviços	37,1

Fonte: LAPOP, 2023. N=695

Tabela 2 - Qual sistema político lhe parece melhor para o Brasil? Liberdade de expressão ou renda básica (%)

Um sistema que garante acesso a uma renda básica e serviços para todos os cidadãos, mesmo que eles não possam expressar suas opiniões políticas sem medo ou censura	39,7
Um sistema que todos possam expressar suas opiniões políticas sem medo e censura, mesmo que algumas pessoas não tenham acesso a uma renda básica e serviços	60,3

Fonte: LAPOP, 2023. N=698

Tabela 3 - Eleições livres X Renda básica por faixas de renda (%)*

Faixa de renda	Renda básica	Eleições livres
Até R\$1000,00	66,4	33,6
Entre R\$1000,00 e R\$2300,00	69,7	30,3
Entre R\$2300,00 e R\$3700,00	61,0	39,0
Mais de R\$3700,00	51,3	48,7

Notas: * Qui-quadrado = 15,244 (sig.=,002). Células coloridas mostram percentuais com diferenças significativas segundo resíduos ajustados. 2. sig. a 0,01.

Fonte: LAPOP, 2023.

Tabela 4 - Eleições livres X Renda básica por faixas de escolaridade - Brasil (%)

Grau de instrução	Renda básica	Eleições livres
Até Ensino Fundamental incompleto	63,0	37,0
Até Ensino Médio incompleto	67,6	32,4
Ensino Médio completo	68,2	31,8
Superior incompleto ou mais	48,1	51,9

Notas: * Qui-quadrado = 17,072 (sig.=,001). Células coloridas mostram percentuais com diferenças significativas segundo resíduos ajustados.

Fonte: LAPOP, 2023.

Tabela 5 - Liberdade de expressão X Renda básica por faixas de renda - Brasil (%)

Faixa de renda	Renda básica	Liberdade de expressão
Até R\$1000,00	48,2	51,8
Entre R\$1000,00 e R\$2300,00	41,0	59,0
Entre R\$2300,00 e R\$3700,00	36,1	63,9
Mais de R\$3700,00	33,1	66,9

Notas: * Qui-quadrado = 8,081 (sig.=,044). Células coloridas mostram percentuais com diferenças significativas segundo resíduos ajustados.

Fonte: LAPOP, 2023.

Tabela 6 - Liberdade de expressão X Renda básica por faixas de escolaridade - Brasil (%)

Grau de instrução	Renda básica	Liberdade de expressão
Até Ensino Fundamental incompleto	48,5	51,5
Até Ensino Médio incompleto	50,6	49,4
Ensino Médio completo	30,6	69,4
Superior incompleto ou mais	34,7	65,3

Notas: * Qui-quadrado = 23,497 (sig.=,000). Células coloridas mostram percentuais com diferenças significativas segundo resíduos ajustados.

Fonte: LAPOP, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, percepções sobre pobreza, desigualdades, assistência social, transferência de renda, o Programa Bolsa Família, suas origens e suas justificativas variam. Conhecê-las ajuda a entender para aperfeiçoar a democracia brasileira. Para isso, o trabalho fez revisão bibliográfica da relação entre democracia, direitos de cidadania e políticas públicas, a partir da percepção dos cidadãos, divididos em estratos sociodemográficos, sobre pobreza, fome, desigualdades e ações do Estado e critérios de justiça para combatê-las. Foram usados estudos comparativos, qualitativos e quantitativos, incluindo grupos como elites, burocratas do nível da rua e altos escalões, beneficiários de políticas, etc.

Os resultados, tanto de estudos qualitativos como quantitativos, apontam ambiguidade de percepções. Elites concordam com o combate à pobreza, desde que a redistribuição não afete seus privilégios (Reis, 2000; 2008; 2018). O brasileiro médio (principalmente idosos, mas menos os mais escolarizados) defende medidas redistributivas focalizadas, seletivas, residuais, condicionadas, sujeitas ao controle do Estado e ao bom comportamento dos pobres. Quase dois terços da população defende a manutenção do Bolsa Família, um ganho de legitimidade (Cobo, Waltemberg, Veiga, Méndez, Lavinias, 2014). Há estudos que demonstram padrões discriminatórios entre cadastradores (Marins, 2014; Eiró, 2017), mas também coalizões de defesa da renda básica entre intelectuais e assistentes sociais (Tomazini, 2013). Entre as beneficiárias há aquelas que valorizam a autonomia, efeitos além da renda (Justo, 2007), e as que não o apreendem como direito de cidadania, senão como ajuda que lhes imputa o estigma de não merecedoras (Natalino, 2020; 2021).

Por fim, foi realizada análise exploratória dos dados dos *surveys* Latinobarômetro e LAPOP, que confirmam a diversidade e ambiguidade de percepções apontada pela literatura. Os dados do LAPOP de 2021 indicaram apoio majoritário da população às políticas redistributivas, porém também a adesão da maioria a valores meritocráticos que comprometem as justificativas de justiça e solidariedade. A maioria dos brasileiros prefere, principalmente, direitos civis a direitos políticos, e estes, por sua vez, aos sociais. Uma maioria tendeu a priorizar os direitos civis (liberdade de expressão) à igualdade social (considerando o acesso a uma renda básica e serviços sociais); por outro lado, foi majoritária a preferência pela igualdade social frente à garantia de direitos políticos, o que não se verificou entre aqueles com mais alta renda e escolaridade. Os dados, porém, foram pouco significativos. Mais pesquisas de opinião por amostragem, que aprofundem a complexidade e especificidades do tema, são necessárias para responder aos problemas e questões aqui propostos.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A Cabeça do Brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALMOND, Gabriel. Separate Tables: Schools and Sects in Political Science. **PS: Political Science and Politics**, vol.21, n°4, p.828-842, 1988.2.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**. Boston: Little, Brown and Company, 1963.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little, Brown and Company, 1980.
- ARRETCHE, Marta, ARAÚJO, V. O Brasil Tornou-se Mais Conservador? Apoio à Redistribuição e à Taxação no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, Número Especial, p. 15-22, 2017.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth; HOLZHACKER, Denilde. O Novo Consenso da Sociedade Brasileira: Democracia e Igualdade. **Opinião Pública**, Vol. 17, n.º 02, nov., 2011.
- BATISTA, Mariana, DOMINGOS, Amanda, VIEIRA, Bhreno. Políticas Públicas, Modelos Clássicos e 40 Anos de Produção no Brasil. **BIB**, São Paulo, n.º 94, 2021.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade - Para uma Teoria Geral da Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- BOHN, Simone R. Social Policy and Vote in Brazil: Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base. **Latin American Research Review**, vol. 46, n.º 01, 2011, pp. 54-79.
- CASTRO, H., WALTER, M. I., SANTANA, C., STEPHANOU, M. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na Sociedade Brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, n.º 2, nov., 2009, pp. 333-355.
- COBO, Barbara; WALTENBERG, Fábio; VEIGA, Alinne; MÉNDEZ, Yasmín; LAVINAS, L. **Percepções sobre Desigualdade e Pobreza: o que Pensam os Brasileiros da Política Social**. Rio de Janeiro: Folio Digital e Centro Celso Furtado, 2014.
- COHN, Amélia. **Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e Direitos Sociais**. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012.
- DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In ALVAREZ, S.; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos: Novas Leituras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

DAGNINO, Evelina. Construção Democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, n.º 5, out., 2004.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983/1732>

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto.; PANFICHI, Aldo. Para uma Outra Leitura da Disputa pela Construção Democrática na América Latina. In **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo/Campinas: Paz e Terra e UNICAMP, 2006, pp. 13-91.

DAHL, Robert . O Híbrido Americano. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1956.

EIRÓ, Flávio. O Programa Bolsa Família e os Pobres “Não Merecedores”: Poder Discrecional e os Limites da Consolidação de Direitos Sociais. **Boletim de Análise Político-Institucional (Implementação de Políticas e Desigualdades)**, IPEA, n.º 13, out., 2017.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As Três Economias Políticas do Welfare State. **Lua Nova – Revista de Cultura Política**, CEDEC, n.º 24, set., 1991.

GIMENES, Éder Rodrigo, RIPARI, Angélica, RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Desigualdade, Pobreza e Ações do Estado: a Visão das Elites Políticas Não-Estatais. **Mediações**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 292-317, jan./jun., 2013.

GIRAUD, Olivier et WARIN, Philippe. **Politiques Publiques et Démocratie**. Paris: Éditions La Découverte/PACTE, 2008.

HOWLETT, Michael. A Dialética da Opinião Pública: Efeitos Recíprocos da Política Pública e da Opinião Pública em Sociedades Democráticas Contemporâneas. **Opinião Pública**, Campinas, vol. VI, n.º 02, out. 2000, pp.171-190.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. e PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas** – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HUNTER, Wendy; SUGIYAMA, Natasha Borges. Transforming Subjects into Citizens: Insights from Brazil’s Bolsa Família. **Perspectives on Politics**, vol. 12, n.º 04, out., 2014.

HUNTER, Wendy, POWER, Timothy J.. “Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006”. **Latin American Politics and Society**, vol. 49, n. 01, 2007, p. 30.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. “Os Programas de Transferência de Renda e o Voto Regional nas Eleições Presidenciais de 2010”. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, nº 2, 2011, p.477-492.

KRAMON, Eric, POSNER, Daniel N.. “Who Benefits from Distributive Politics? How the Outcome One Studies Affects the Answer One Gets”. **Perspectives on Politics**, vol. 11, n. 02, 2013.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L'État en Action: Politiques Publiques et Corporatismes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

JUSTO, Carolina Raquel Duarte de Mello. **Política de Transferência de Renda e Cidadania no Brasil: Implicações Político-Sociais dos Programas Municipais de Renda Mínima a partir do Estudo Comparativo dos Casos de Campinas, Jundiáí, Santo André e Santos (1995-2006)**. Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), 2007.

JUSTO, Carolina Raquel Duarte de Mello; NISHIMURA, Katia Mika. O que as Políticas Públicas Dizem sobre a Democracia? Desafios para as Pesquisas de Opinião Pública. In **V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**. Natal: UFRN. 2022.

LAMOMT, Michèle, MORAES SILVA, Graziella, WELBURN, Jessica S., GUETZKOW, MIZRACHI, Nissim, HERZOG, Hanna, REIS, Elisa Pereira. **Getting Respect: Responding to Stigma and Discrimination in the United States, Brazil, and Israel**. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2016.

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara; WALTENBERG, Fábio Domingues; VEIGA, Alinne; MÉNDEZ, Yasmín Salazar. **Percepções sobre Desigualdade e Pobreza. O que Pensam os Brasileiros da Política Social?** (Coleção Pensamento Crítico, vol. 05). Rio de Janeiro: Letra e Imagem, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Folio Digital Editora, 2014.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva; FONSECA, Francisco César Pinto; HOLANDA, Bruna de Moraes. Imagens e Narrativas do Bolsa Família: Análise da Retórica da Grande Imprensa. **Revista de Administração Pública (RAP)**, vol. 53, n.º 05, set.-out., 2019.

LICIO, E. C.; RENNO, L. R.; CASTRO, H. C. de O. de. Bolsa Família e o Voto na Eleição Presidencial de 2006: Em Busca do Elo Perdido. **Opinião Pública**, Campinas vol. 15, n.º 1, 2009, p. 31-54.

LIPSKY, Michael. **Street-Level Bureaucracy - Dilemmas of the Individual in Public Services**. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

MÉNDEZ, Yasmín Salazar; WALTEMBERG, Fábio Domingues. Aversão à Desigualdade e Preferências por Redistribuição: A Percepção de Mobilidade Econômica as Afeta no Brasil? **Estudos Econômicos**, vol. 46, n 01, pp. 91-125, jan-mar., 2016.

MARINS, Mani Tebet. Consequências não Previstas do Programa Bolsa Família. In LOTTA, Gabriela (Org.). **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019.

MARINS, Mani Tebet. Repertórios Morais e Estratégias Individuais dos Beneficiários e Cadastradores do Bolsa Família. **Sociologia & Antropologia**, vol 04, n.º 02, out., 2014.

MARSHALL, T. H.. **Política Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MARSHALL, T. H.. Cidadania e Classe Social. In **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MOISÉS, José Álvaro. **Os Brasileiros e a Democracia: Bases Sócio-Políticas da Legitimidade Democrática**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MOISÉS, José Álvaro. Os Significados da Democracia Segundo os Brasileiros. **Opinião Pública**, vol. 16, n.º 02, nov., 2010, pp. 269-309.

MORLINO, Leonardo. Teorias da Democratização, Qualidade da Democracia e Pesquisas de Opinião: ainda em “Mesas Separadas”? In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?** São Paulo: Edusp, 2010.

MULLER, Pierre. **Les Politiques Publiques. Que sais-je?**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

MUNDIM, Pedro; VIDIGAL, Robert; MICHELOTTI, Fernando Canto; PINTO, André Jácomo de Paula. O Programa Bolsa Família e seus Beneficiários na Opinião Pública Brasileira. **Opinião Pública**, vol. 25, n.º 3, 2019.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. Percepções de Burocracias Locais sobre o Sistema Único de Assistência Social. **Boletim de Análise Político-Institucional (Implementação de Políticas e Desigualdades)**, IPEA, n.º 13, out., 2017.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. Pobreza, Redistribuição e o Programa Bolsa Família na Percepção dos Brasileiros. **Boletim de Análise Político-Institucional**, IPEA, n.º 23, out., 2020.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **A Redistribuição e seus Descontentes: Percepções Sociais sobre Pobreza, Desigualdades e Programas de Transferência de Renda**. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2021

PASSOS, Luana, SILVEIRA, Fernando Gaiger, WALTENBERG, Fábio. **A Política Social e o Conservadorismo Econômico: O Que Revela o Período Recente**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão 2586, agosto, 2020.

PAUGAM, Serge; COUSIN, Bruno; GIORGETTI, Camila; NAUDET, Jules. **Ce que les Riches Pensent des Pauvres**. Paris: Éditions du Seuil, 2017.

PIRES, Roberto Rocha C.. Implementando Desigualdades? Introdução a uma Agenda de Pesquisa sobre Agentes Estatais, Representações Sociais e (Re)Produção de Desigualdades. **Boletim de Análise Político-Institucional (Implementação de Políticas e Desigualdades)**, IPEA, n.º 13, out., 2017.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Priscila Ribeiro; CÔRTEZ, Soraya Vargas; MARGARITES, Gustavo Conde. Da Tutela à Cidadania? Construção Social das Imagens dos Usuários da Política de Assistência Social. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 17, n.º 01, pp. 245-270, jan.-abr., 2022.

SANTOS, Wanderley Guilherme **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família – Autonomia, Dinheiro e Cidadania**. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

REIS, Elisa Pereira. Percepções da Elite sobre Pobreza e Desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, Vol. 15, n.º 42, fev., 2000.

REIS, Elisa; MOORE, Mick (Ed.). **Elite Perceptions of Poverty and Inequality**. Bloomsbury Publishing, 2008.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. **BIB**, n.º 45. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1998.

SANTOS, Priscilla Ribeiro; CÔRTEZ, Soraya Vargas; MARGARITES, Gustavo Conde. Da Tutela à Cidadania: Construção Social das Imagens dos Usuários da Política de Assistência Social. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 17, n.º 01, jan.-abr., 2022.

SCALON, Celi. Justiça como Igualdade? A Percepção da Elite e do Povo Brasileiro. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 09, n.º 18, jun./dez., p. 126-149, 2007.

SCALON, Celi, OLIVEIRA, Pedro Paulo. A Percepção dos Jovens sobre Desigualdade e Justiça Social no Brasil. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 14, n.º 2, dez., p. 408-437, 2012.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O ritmo na Queda da Desigualdade no Brasil é Aceitável? **Revista de Economia Política**. Vol. 30, n.º 03 (119), pp. 364-380, jul.-set., 2010.

TOMAZINI, Carla Guerra. Disputas em Torno das Políticas de Transferência de Renda no Brasil e México: Coalizões de Causa e a Consolidação do Paradigma “Capital Humano”. In LUKIC, Melina; TOMAZINI, Carla. **As Ideias Também Importam: Abordagem Cognitiva e Políticas Públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

ZUCCO Jr., Cesar. When Payouts Pay Off: Conditional Cash Transfers and Voting Behavior in Brazil 2002-10. *American Journal of Political Science*, vol. 00, n. 0, 2013, p. 1-13.

ZUCCO, Cesar; POWER, Timothy J. Bolsa Família and the Shift in Lula’s Electoral Base, 2002-2006: A Reply to Bohn. **Latin American Research Review**, vol. 48, n.º 02, 2013, pp. 3-24.

ZUCKER, Gail Sahar, WEINER, Bernard. Conservatism and Perceptions of Poverty: An Attributional Analysis. **Journal of Applied Social Psychology**, vol. 23, n. 12, 1993, p. 925-943.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado pelo Latin America Public Opinion Panel (LAPOP), ou Barômetro das Américas, conduzido pela Universidade Vanderbilt, e pode ser acessado em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/data-access.php> e pelo Latinobarômetro, que pode ser acessado em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp?Idioma=724>

FINANCIAMENTO:

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS:

Ambas as autoras, **Carolina Raquel Duarte de Mello Justo** e **Fabiola Brigante Del Porto**, foram responsáveis, conjuntamente e de modo equilibrado, pelas atividades, tarefas e processos de pesquisa e análise de que resultaram o presente artigo: concepção, metodologia, investigação, análise formal, obtenção de recursos, escrita (resumo, rascunho, revisão e edição), visualização, administração e supervisão da pesquisa.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As autoras declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DAS AUTORAS DO PAPER :

Carolina Raquel Duarte de Mello Justo é graduada em Ciências Sociais, Mestre em Ciência Política e Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP; professora associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade (PPGAdS) da UFSCar, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Democracia e Desigualdades – Políticas Públicas e Percepção Pública – NEDEPP (DGP/CNPq).

Fabiola Brigante Del Porto é graduada em Ciências Sociais, Mestre e Doutora em Ciência Política pela UNICAMP; pesquisadora do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da UNICAMP; editora associada da Revista OPINIÃO PÚBLICA e ; vice-coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Democracia e Desigualdades – Políticas Públicas e Percepção Pública – NEDEPP (DGP/CNPq).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.